



28(2):101-115
jul/dez 2003

O ENSAIO E A ESCRITA ACADÊMICA

Jorge Larrosa

RESUMO – *O ensaio e a escrita acadêmica.* Trata-se de problematizar a academia do ponto de vista de suas políticas da linguagem ou, mais concretamente, do ponto de vista das modalidades de leitura e de escrita que privilegia e que proíbe. Trata-se de refletir sobre a escrita e a leitura acadêmica a partir do ensaio, gênero híbrido ancorado num tempo e espaço claramente subjetivo e que parece opor-se, ponto a ponto, às regras de pureza e de objetividade que imperam na academia. A pergunta que atravessa o texto é se é possível ensaiar em educação ou, dito de outro modo, habitar o espaço educativo como ensaísta.

Palavras-chave: *escrita acadêmica, ensaio, linguagem.*

ABSTRACT – *The essay and the academic writing.* This article problematizes academia from point of view of its language policies or, more concretely, from the point of view of the reading and writing modalities that it privileges and bans. The article inquires into academic writing and reading using, as a starting point, the essay, which is a hybrid gender anchored in a clearly subjective notion of space and time and which seems to oppose academia's rules of purity and objectivity. The question that cuts across the article is whether is possible "to essay" in education or inhabit the educational space as an essayist.

Keywords: *academic writing, essay, language.*

Usarei o ensaio como pretexto para problematizar a escrita acadêmica, ou melhor, para problematizar o modo como as políticas da verdade e as imagens do pensamento e do conhecimento, dominantes no mundo acadêmico, impõem determinados modos de escrita e excluem outros, entre eles o ensaio. Um dos meus mestres, Basil Bernstein, ensinou-me que, para saber a estrutura profunda de uma prática institucional, temos que interrogar sobre o que ela proíbe. Se quisermos compreender como funcionam as estruturas de produção, transmissão e controle do conhecimento, é melhor tentar averiguar o que proíbem. Somente assim conheceremos os limites e, portanto, as regras básicas do seu funcionamento. O que faço a seguir é refletir sobre o ensaio como uma das figuras do que é excluído da academia, pelo menos das formas de saber e de pensar que dominam no mundo acadêmico.

Advirto que, no que acabo de dizer, misturei palavras como verdade, pensamento, conhecimento, saber e escrita. Na verdade, falo do ensaio como um “modo de escrita” normalmente excluído de um espaço de saber. Porém, os dispositivos de controle do saber são também dispositivos de controle da linguagem e da nossa relação com a linguagem, quer dizer, das nossas práticas de ler e escrever, de falar e escutar. Nosso trabalho na academia tem a ver com o saber, é basicamente um trabalho com palavras. O que fazemos a cada dia é escrever e ler, falar e escutar. A partir disto, poderíamos dizer que o conformismo lingüístico está na base de todo conformismo, e que falar como Deus manda, escrever como Deus manda e ler como Deus manda, ao mesmo tempo, é pensar como Deus manda. Também poderíamos dizer que não há revolta intelectual que não seja também, de alguma forma, uma revolta lingüística, uma revolta no modo de nos relacionarmos com a linguagem e com o que ela nomeia. Ou seja, que não há modo de “pensar de outro modo” que não seja, também, “ler de outro modo” e “escrever de outro modo”.

Gostaria, aqui, de abrir uma reflexão sobre nossas próprias experiências de escrita e leitura no mundo acadêmico. Tudo o que direi nada mais é que uma série de anotações orientadas para provocar essa conversação. Por isso, serei exagerado, irônico, caricaturesco, violento, tosco e, às vezes, descuidado em algumas considerações, quer dizer, voluntariamente provocativo.

Para essa provocação, tomarei como pretexto um texto célebre que Adorno escreveu em 1954 e que se intitula *O ensaio como forma*. Porém, deixo claro que não se trata de uma conferência sobre Adorno, ou sobre esse texto de Adorno, mas sobre o ensaio e a escrita acadêmica. O texto de Adorno serve para ordenar as idéias e para me dar um ponto de ancoragem. Por isso, vou citá-lo, parafraseá-lo e comentá-lo de uma forma bastante livre, bastante extravagante, quase selvagem... lendo-o numa associação livre de idéias e anotando à margem tudo o que ocorra em relação ao texto, mesmo que pareça impertinente ou ainda descabido.

Isso com uma intenção que está inscrita nas últimas linhas do texto de Adorno. Essas últimas linhas dizem: “a lei formal mais profunda do ensaio é a

heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível” (Adorno, 2003, p. 45). Trata-se, então, de que a heresia e a violência explicitem os dispositivos lingüísticos e mentais da ortodoxia, aquilo que ela só faz ocultar. Isso é o que fez Adorno ao render uma homenagem a seu amigo Walter Benjamin, um dos grandes excluídos da universidade alemã. E isso é o que quero que façamos aqui.

Porém, antes, gostaria de dizer algo sobre uma escritora espanhola, malaguenha, chamada Maria Zambrano, outra excluída da academia. Maria Zambrano é uma pensadora de difícil classificação (como quase todos os autores interessantes, esses que não sabemos muito bem como situar na classificação das especialidades universitárias), que dedicou parte de sua obra a problematizar os gêneros literários e sua relação com a vida. A obra de Maria Zambrano tenta fundar uma “razão vital”, na perspectiva de Ortega (ela foi sua discípula antes da guerra civil espanhola), porém uma razão vital que se faz pouco a pouco, e por sua própria necessidade, uma “razão poética”. Ocorre que, enquanto razão poética, a razão zambraniana, o *logos* zambraniano, problematiza constantemente as relações com a vida, pensa seguidamente sobre o caráter vital, a vitalidade específica dessa razão. Pois bem, num desses escritos, em que ela problematiza os gêneros literários e sua relação com a vida, um texto intitulado *La guía como forma del pensamiento* – uma espécie de nota marginal à “Guía de Perplejos” de Maimônides e certamente também à “Guía Espiritual” de Miguel Molina –, Maria Zambrano faz uma consideração histórica que aqui é pertinente e que gostaria de resumir. O que diz a escritora malaguenha é que o triunfo da filosofia sistemática (o triunfo da forma sistemática de fazer filosofia) e o triunfo da razão técnico-científica (o triunfo da forma técnico-científica da razão) derrotam outras formas de escrita, que tiveram grande importância durante o Renascimento e o Barroco. Entre essas formas de escrita derrotadas e vencidas está o ensaio, de imediato, mas também outros gêneros como as epístolas morais, os diálogos filosóficos, os preceitos espirituais, os tratados breves, as confissões, as consolações, etc., todas essas dificilmente classificáveis nas atuais divisões do saber. São obras e autores que por vezes se estuda na história do pensamento, por vezes na história da literatura: para nós (e insisto neste “para nós”), essas formas derrotadas são formas híbridas, impuras, ambíguas e, certamente, menores do ponto de vista do que “hoje” entendemos por “filosofia”. Essas formas de escrita, ainda no dizer de Maria Zambrano, tiveram grande importância nos países do sul da Europa: na Espanha, Itália e França. Por isso, sua derrota implica, também, a marginalização desses países, relegando-os à periferia da cultura vencedora e, hoje, dominante.

Podíamos dizer, simplificando muito, que a filosofia, no sentido escolar e sistemático da palavra, a filosofia dos professores de filosofia, a filosofia acadêmica universitária, é algo que sobretudo os alemães e os franceses fazem bem.

Poderíamos também dizer que a investigação empírica é algo que sobretudo os “gringos” fazem bem. E o que nós fazemos é imitá-los, tarde e mal e com poucos recursos. Vocês concordarão comigo que a filosofia escolar e sistemática se faz na Biblioteca, requer a Biblioteca como condição de possibilidade, e a Biblioteca com maiúsculo; e a Biblioteca de verdade – o resultado de séculos de erudição – está na Alemanha e na França. Suponho que também concordarão comigo que a investigação empírica se faz com dinheiro, e o dinheiro está nos Estados Unidos. O que quero dizer é que o triunfo dessas formas de conhecimento colocou os países latinos e latino-americanos numa situação de dependência intelectual. Essa situação de dependência nos converteu ou em administradores de algum filósofo estrangeiro, ou em seguidores do último paradigma científico que os gringos inventaram, espoliando e simplificando, na maioria das vezes, a cultura européia.

Não sei se alguma vez vocês já se encontraram na situação de ter que escrever um artigo encomendado por alguma revista internacional. Desses artigos que tratam sobre coisas como “a filosofia da educação na Espanha”, “a psicolinguística na Argentina” ou “os Estudos Culturais não sei aonde”. Geralmente, quando um espanhol ou um argentino é convidado a escrever numa dessas revistas internacionais (isto é, “gringas”), logo se supõe que nada interessante eles têm a dizer, que só podem fazer um artigo intitulado “a filosofia da educação na Espanha” a fim de contar – de forma breve e resumida – o que há em suas universidades e o que fazem. Na filosofia, por exemplo, trata-se de um exercício patético em que somente se pode listar o nome de alguns amigos e colegas como representantes de algum filósofo “de verdade”. Porque na Espanha, como suponho aqui também, temos de tudo: uns quantos habermasianos, uns quantos foucaultianos, algum especialista em Rorty e no pragmatismo americano, vários representantes de Heidegger, um ou outro gadameriano, etc., e falta alguma especialidade, alguém já deve estar aspirando à vaga. O mesmo sucede com a investigação empírica. Inclusive os temas politicamente na moda são tratados em nossos lares, mimetizando o que vem de outro lugar. Essa situação – e o fato correspondente de que somos nós que devemos ler inglês ou alemão para poder escrever em castelhano, e não o contrário, somos nós que devemos ir estudar em suas universidades, para ganharmos uma posição nas nossas, e não o contrário – tem como resultado a inteligente observação de Maria Zambrano, segundo a qual a marginalização de certas formas de racionalidade e de escrita supõe a subordinação de certos lugares de produção intelectual.

Espanha e América Latina não são terras de filósofos, ao menos no sentido da filosofia sistemática. Na Espanha, se chama de filósofo não a um professor de filosofia, mas a uma dessas pessoas sábias, às vezes “sabidona”, que falam devagar, pensando as frases, sentenciosamente. Delas se diz que são “um Sêneca” falando: “esta pessoa é um Sêneca” ou “um Unamuno”. Isso é curioso

porque nem Sêneca nem Unamuno foram filósofos no sentido da filosofia sistemática, escolar e pura. A obra de Sêneca é uma obra completamente híbrida (repito, a partir das nossas atuais classificações) e não se sabe se pertence à filosofia ou à literatura, acontecendo o mesmo com Unamuno. Estas não são terras de filósofos nem terras de cientistas; são terras de poetas, de romancistas, e também de magníficos ensaístas, além, é claro, de serem terras de militares, de padres e de revolucionários.

De fato, uma das primeiras vezes em que a expressão “razão poética” aparece em Maria Zambrano, é no contexto da leitura que faz de Antonio Machado (Zambrano, 1987b, p. 45-50). Aí diz Maria Zambrano, nesse vocabulário dos anos 30, que a alma espanhola se expressa poeticamente. E essa expressão poética a faz estar mais perto da vida concreta. Desde seu vitalismo, Maria Zambrano objeta à filosofia sistemática e à razão técnico-científica o fato de se apartarem da vida e depois quererem reformá-la violentamente. Os programas de “reforma do entendimento”, de “reforma do pensamento” e de “reforma da razão”, que atravessam a cultura ocidental, desde o século XVII até o século XX, passam por tornar violenta a vida, por violentar a vida, ajustando-a aos moldes da razão. Ante essa violência, afirma Maria Zambrano, a vida fica humilhada e se vinga rancorosamente. Para Maria Zambrano, a razão não deve dominar a vida, deve enamorá-la, e são justamente as formas de escrita com capacidade de enamorar a vida, quer dizer, de capturá-la e dirigi-la desde dentro, as que desapareceram. Maria Zambrano faz uma reivindicação dos gêneros menores, impuros e dominados justamente por isso, porque mantinham essa relação com a vida que os gêneros maiores, puros, e hoje dominantes, perderam (Op. Cit., p. 76). Essa reivindicação também tem algo de reivindicação nacional. Digo em voz baixa e entre parênteses: um dos efeitos saudáveis da obra de Maria Zambrano é ter reconciliado o pensamento espanhol com sua própria tradição. Com o pensamento espanhol ocorria uma coisa que, provavelmente, ocorre aqui também, a de que há uma certa tendência a impor bibliotecas alheias. Por exemplo, os leitores de Foucault, quando falam de literatura, reproduzem a biblioteca literária de Foucault (Valéry, Breton, Bataille, Roussel); o mesmo fazem os leitores de Heidegger quando lêem Rilke ou Hölderlin. O que Maria Zambrano fez foi o mesmo que dar permissão aos pensadores espanhóis de ocuparem-se de sua literatura.

A questão é que, se dermos crédito ao diagnóstico de Maria Zambrano, vivemos maus tempos para o ensaio. Creio, porém, que, se olharmos as coisas de um outro lugar, poderemos inverter esse diagnóstico: talvez estejamos vivendo bons tempos para o ensaio, talvez já se esteja produzindo um ambiente cultural favorável a essa forma híbrida, impura, e sem dúvida menor, que é o ensaio. Em primeiro lugar, por exemplo, pela dissolução das fronteiras entre filosofia e literatura ou, dizendo de forma breve e mal, entre escrita (se podemos dizer assim) pensante ou cognoscitiva e entre imaginativa ou poética. Em se-

gundo lugar, pelo esgotamento da razão pura moderna e suas pretensões de ser “a única razão”. Em terceiro lugar, e não menos importante, pelo enfado. Tenho a sensação de que no mundo acadêmico se está cada vez mais enfadado de ouvir sempre as mesmas coisas ditas no mesmo registro arrogante e monótono, havendo como que uma necessidade de sair desse tédio e uma certa expectativa em relação a qualquer registro de escrita que se apresente como diferente. Tenho a impressão de que tanto a filosofia sistemática como a razão técnico-científica entraram em crise (ainda que sejam todavia dominantes nas instituições) e que, por isso, voltaram os tempos do ensaio.

Porém, vamos ao texto de Adorno. O autor começa sua escrita dizendo que o ensaio é um gênero impuro e que o que se lhe reprova é, justamente, sua impureza. A razão dominante “pretende resguardar a arte como uma reserva de irracionalidade, identificando conhecimento com ciência organizada e excluindo como impuro tudo o que não se submeta a essa antítese” (Adorno, 2003, p. 15). O ensaio confundiria ou atravessaria a distinção entre ciência, conhecimento, objetividade e racionalidade, por um lado; e arte, imaginação, subjetividade e irracionalidade por outro. O que o ensaio faz é colocar as fronteiras em questão. E as fronteiras, como se sabe, são gigantescos mecanismos de exclusão. O pior que pode acontecer a quem tenha pretensões de escrever filosofia é que alguém lhe diga: “Isso que você escreve não é filosofia”. Essa reprovação foi ouvida por Nietzsche, por Foucault, por Benjamin: “isso que você faz está muito bem, mas é qualquer coisa menos filosofia”. E o pior que pode acontecer a alguém que tenha pretensões literárias ou poéticas é que lhe digam: “isto não é poesia, poderá ser o que queiram, mas não é poesia”, ou no caso de um pintor: “isto não é pintura”. Todos os poetas e pintores que modificaram o que se chama “poesia” ou o que significa “pintura” escutaram afirmações como essas. Porque em todos esses lugares, cada vez que alguém leva sua prática a sério, o que é colocado em questão é justamente a fronteira do que seria a filosofia, poesia ou pintura. Coloca em questão justamente a definição padrão do que cabe dentro da filosofia, dentro da pintura, dentro da poesia. Por isso, são precisamente todos esses questionadores de fronteiras os que ampliaram o âmbito do visível – ao ensinar-nos a olhar de outra maneira o âmbito do pensável, ao ensinar-nos a pensar de outro modo – e o âmbito do dizível, ao ensinar-nos a falar de outro modo. A questão é que o mundo acadêmico está altamente compartimentalizado e tenho a sensação de que toda essa moda da transdisciplinaridade, da interdisciplinaridade e coisas desse estilo, não faz outra coisa senão abrir novos compartimentos, como se não fossem suficientes os que já temos. É como se estivéssemos fabricando especialistas na relação, na síntese, no “inter” e no “trans”; como se houvesse uma política acadêmica da mestiçagem; como se além das raças puras estivéssemos inventando os especialistas em impurezas, quer dizer, nas relações entre as raças puras.

Além de confundir as diferenças entre ciência, arte e filosofia, o ensaio se dá uma liberdade temática e formal que só pode incomodar num campo tão reprimi-

do e tão regulado como o do saber organizado. A esse respeito, Adorno assinala que o ensaio se vê esmagado por uma ciência em que todos defendem o direito de controlar a todos. A ciência organizada é o lugar dos controles, o lugar das bancas, dos tribunais, das avaliações, das hierarquias, e exclui com o aparente elogio de “interessante” ou “sugestivo” o que não está ajustado ao padrão de consenso. A frase de Adorno é que “elogiar alguém como *écrivain* é o suficiente para excluir do âmbito acadêmico aquele que está sendo elogiado” (Op. Cit., p. 15). Não sei se já vivenciaram algo que me acontece com alguma frequência, o de passar um escrito para um colega que, sem saber o que dizer, afirma: “é muito interessante, muito sugestivo!”. Acho muito engraçado o qualificativo vazio de “sugestivo”. Tudo aquilo que não entra no padrão de alguns dos paradigmas reconhecidos, tudo aquilo que não se ajusta às classificações em uso, tudo aquilo que não se sabe o que é e para que serve, é suprimido e ignorado pelo aparente elogio de “sugestivo”. Também se é excluído com o aparente elogio de “está muito bem escrito”, como se dissesse: “não sei o que fazer com o que você escreve, não sei o que pensar, até acho que não serve para nada, mas está bem escrito”.

A impureza e a liberdade do ensaio são, segundo Adorno, as principais dificuldades para a sua aceitação. Com relação à liberdade, creio que Adorno tem razão: a liberdade intelectual é uma qualidade em retrocesso, quando triunfam a ciência organizada e a filosofia sistemática. Deleuze dizia que tanto a Epistemologia quanto a História da Filosofia são grandes dispositivos de repressão do pensamento. Porém, em relação à pureza, penso que os inimigos do ensaio não são os filósofos puros, os cientistas puros ou os artistas puros, mas os administradores da pureza, os especialistas da compartimentalização, os que não sabem fazer outra coisa senão administrar e sustentar fronteiras. O ensaio não atrapalha um filósofo, um escritor, um artista ou um cientista “puros”, mas atrapalha os administradores da pureza, os burocratas da compartimentalização universitária. Adorno fala dos que santificam as prateleiras culturais, dos que idealizam a limpeza e a pureza, dos que exigem do espírito “um certificado de competência administrativa, para que ele não transgrida a cultura oficial ao ultrapassar as fronteiras culturalmente demarcadas” (Op.Cit., p. 22).

Outra característica com a qual Adorno indiretamente qualifica o ensaio poderia ser a de que o ensaísta é um leitor que escreve: seu meio de trabalho é a leitura e a escrita. O ensaísta é um leitor que escreve e um escritor que lê. George Steiner diz que um intelectual é alguém que lê com um lápis na mão: um leitor que escreve. Também me parece que se poderia dizer que o intelectual é alguém que escreve sobre uma mesa repleta de livros: um escritor que lê. Desse ponto de vista, o ensaísta está mais perto do antigo “homem de letras” do que do especialista ou do professor, ainda que possa ter uma especialidade e possa se dedicar ao ensino. O “homem de letras” é muito mais o homem culto, o homem cultivado, e Adorno assinala que a não aceitação do ensaio na Alemanha decorre de que esse país “historicamente, mal conhece o *homme de lettres*” (Op. Cit., p. 16).

Para o ensaísta, a escrita e a leitura não são apenas a sua tarefa, o seu meio de trabalho, mas também o seu problema. O ensaísta problematiza a escrita cada vez que escreve, e problematiza a leitura cada vez que lê, ou melhor, é alguém para quem a leitura e a escrita são, entre outras coisas, lugares de experiência, ou melhor ainda, é alguém que está aprendendo a escrever cada vez que escreve, e aprendendo a ler cada vez que lê: alguém que ensaia a própria escrita cada vez que escreve e que ensaia as próprias modalidades de leitura cada vez que lê.

Parece-me sintomático que no território acadêmico se problematize o método e não a escrita. A imagem dogmática do conhecimento e do pensamento oculta que o que fazemos na maior parte do tempo é ler e escrever. E oculta, supondo que já sabemos ler e escrever que: ler não é senão compreender o pensamento, as idéias, o conteúdo ou a informação que há no texto, e escrever não é senão esclarecer o que já se havia pensado ou averiguado, ou seja, o que já se pensa e se sabe. Nas palavras de Adorno, o mundo acadêmico supõe que “o conteúdo, uma vez fixado conforme o modelo da sentença protocolar, deveria ser indiferente à sua forma de exposição”(Op. Cit., p. 18), e é nisso, por temor à subjetividade, que se aproxima do dogmatismo.

Quando Adorno diz que “a elogiosa qualificação de escritor serve, ainda hoje, para manter excluído do mundo acadêmico a quem recebe tal qualificativo” (Op. Cit., p. 18), está dizendo também que, neste espaço, o acadêmico não é um escritor. Já me aconteceu algo engraçado e sintomático: passei um ano em Londres, com bolsa de pós-doutorado, estudando num departamento de sociologia, onde havia um curso para estudantes do Terceiro Mundo, intitulado “Habilidades de escrita para finalidades acadêmicas”. Aí entendi por que os ingleses e os “gringos” escrevem todos os *papers* da mesma forma: são socializados numa escrita acadêmica muito específica. Um dia, ao aprendermos como se começa um capítulo, a professora trouxe as primeiras páginas de dez ou doze capítulos, independentemente do tema, e tivemos de seguir o modelo. Depois, aprendemos como se coloca um exemplo, como se interrompe a argumentação para elaborar um exemplo. Na seqüência, aprendemos a fazer um resumo, um *abstract*. E, assim, pouco a pouco, todos aprendemos a escrever de um modo mecânico e padronizado, sem estilo próprio.

A questão é que, do ponto de vista da imagem dogmática do pensamento, o acadêmico não é um escritor. Poder-se-ia dizer também que o acadêmico não é um leitor. Talvez já se tenham dado conta de que agora ninguém estuda, ou lê, mas investiga, ou seja, que a leitura acadêmica é investigação. A biblioteca já não é lugar de leitura ou estudo, mas de investigação. E o investigador é um tipo muito particular de leitor: o leitor da novidade, da apropriação, da rapidez. Num determinado momento, foi moda na Espanha que nas universidades ocorressem cursos de leitura rápida porque era preciso ler tudo em muito pouco tempo, somente para selecionar em seguida o que era útil ao trabalho do investigador. Nesse sentido, o leitor acadêmico é aquele que sempre tem vontade de ler, porém

nunca tem tempo para ler, simplesmente porque não pode chamar de “ler” a esse deslizar apressado pelos textos obrigatórios, do ponto de vista da apropriação. O acadêmico é aquele que lê por obrigação e, ao mesmo tempo, aquele que lê julgando o que lê, colocando-se a favor ou contra, mostrando seu acordo ou desacordo, dizendo sim ou não. O espaço acadêmico esqueceu a lentidão da leitura, a delicadeza da leitura, essa forma de tratar o texto como uma força que nos leva além de nós mesmos, além do que o texto diz, do que o texto pensa ou do que o texto sabe. Esqueceu – ou nunca aprendeu – a arte da leitura como a define Nietzsche, no prólogo de *Aurora*: “ler devagar, com profundidade, com intensidade, portas abertas e olhos e dedos delicados”(Nietzsche, 2004 p. 14).

O ensaísta está também ao lado da figura do livre-pensador. Adorno escreve o seguinte:

Na Alemanha, o ensaio provoca resistência porque evoca aquela liberdade de espírito que, após o fracasso de um Iluminismo cada vez mais morno desde a era leibniziana, até hoje não conseguiu se desenvolver adequadamente, nem mesmo sob as condições de uma liberdade formal, estando sempre disposta a proclamar como sua verdadeira demanda a subordinação a uma instância qualquer (Adorno, 2003, p. 16).

A Alemanha – diz Adorno – não conhece historicamente nem o “homem de letras” e tampouco o livre-pensador, portanto não desenvolveu um terreno cultural favorável ao ensaio. A pergunta é se o espaço acadêmico não se parece cada vez mais com a Alemanha. Talvez outro aspecto interessante dessa citação de Adorno seja o fato de que o livre-pensador apareça ligado à liberdade formal. A liberdade de espírito não só tem a ver com a liberdade de dizer o que se queira mas, também, de dizer como se queira. A liberdade de expressão tem assim um duplo sentido: a liberdade de expressar livremente idéias e pensamentos e, também, a liberdade no âmbito da própria expressão, no modo de escrita. O espaço acadêmico certamente é o espaço de disciplina da expressão, o espaço onde a disciplina do espírito – o dizer o que há para dizer – está disciplinado no dizer como tem que ser dito, como Deus manda.

Outro aspecto do ensaio, segundo o texto de Adorno, é que apresenta um lado lúdico e de aventura. A frase de Adorno é a seguinte:

(...)seus esforços ainda espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram. O ensaio reflete o que é amado e odiado, em vez de conceber o espírito como uma criação a partir do nada, segundo o modelo de uma irrestrita moral do trabalho. Felicidade e jogo lhe são essenciais. Ele não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que se deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer: ocupa, deste modo, um lugar entre os despropósitos (Adorno, 2003, p. 16-17).

A palavra “diversão” funciona aqui no sentido de divagação, de extravagância. O ensaísta é um transeunte, um passeador, um divagador, um “extravagante”, porém o mundo acadêmico está ligado, como diz Adorno, à moral do trabalho. Já pensaram alguma vez nas conseqüências de chamarmos de “trabalho” os nossos escritos e também os “trabalhos” de nossos alunos? Creio que merece uma reflexão o fato de que chamemos de “trabalhos” os exercícios de pensamento, de criação, de produção intelectual, tudo o que fazemos e o que pedimos que se faça. A pergunta é: o que ocorre quando a academia se organiza sob o modelo do trabalho? Nietzsche tem palavras magistrais sobre o erudito ou o especialista como proletário do conhecimento, esmagado pela divisão do trabalho e pela necessidade de produzir para o mercado. O especialista – escreve Nietzsche – é semelhante ao trabalhador da fábrica, que durante toda a sua vida não fez outra coisa que senão determinado parafuso para um determinado utensílio, no que sem dúvida tem uma incrível maestria, porém já não está em condições de ler por prazer.

Creio que a organização do espaço acadêmico – sob o modelo do trabalho – é uma tendência crescente, incontrolável e que ninguém discute. Discute-se a forma de avaliação do trabalho universitário, a forma de incrementar a produtividade ou competitividade de professores e alunos, o que fazer para que os alunos se evadam menos, o que fazer para que as pessoas trabalhem mais, como tornar mais rentável o que se faz, como responder melhor às demandas do Capital e do Estado (isso que agora se chama de “demanda social”). Porém, pensar tudo o que fazemos sob o modelo do trabalho, o modo de trabalho, é um pressuposto não discutido, no que coincidem a esquerda e a direita, os progressistas e os conservadores, os cientistas e os humanistas, todos os setores universitários.

O ensaio – escreve Adorno na citação já apresentada – reflete o amado e o odiado, em vez de apresentar o espírito como criação a partir do nada. O ensaísta não parte do nada mas de algo pré-existente, e parte sobretudo de suas paixões, de seu amor e seu ódio pelo que lê. Porém, amar e odiar não é o mesmo que estar de acordo ou em desacordo, não é o mesmo que a verificação ou a refutação, nada tem a ver com a verdade e o erro. O ensaísta quando lê, ri ou se enfada, se emociona ou pensa em outra coisa que a leitura lhe evoca. E seu ensaio, a sua escrita ensaística, não apaga riso nem o enfado, nem suas emoções e evocações. Não posso deixar de trazer como contribuição uma *boutade* de Deleuze: “aqueles que lêem Nietzsche sem rir, e sem rir muito, sem rir freqüentemente, e às vezes sem dar gargalhadas, é como se não lessem Nietzsche” (Deleuze, 1985, p. 63). Poderíamos dizer que quem lê Nietzsche rindo talvez escreva um ensaio; quem lê Nietzsche sem rir escreverá uma tese de doutorado – como também escreverá uma tese de doutorado quem talvez ria quando lê Nietzsche, mas escreve ocultando esse riso, como se não houvesse rido. A escrita acadêmica é alérgica ao riso, à subjetividade e à paixão.

Outra característica do ensaio, segundo Adorno, é que está ancorado no tempo, incrustado no tempo, e por isso aceita e assume seu caráter temporário e

efêmero, sua própria finitude. O ensaísta não lê e escreve para a eternidade, de forma atemporal, como tampouco lê e escreve para todos e para ninguém, mas, sim, para um tempo e para um contexto cultural concreto e determinado. A citação de Adorno é mais ou menos a seguinte:

*(...) [o ensaio] revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transi-
tório. (...) O ensaio recua, assustado, diante da violência do dogma, que atribui
dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no
tempo, por oposição ao individual nele subsumido. (...) Não se deixa intimidar
pelo depravado pensamento profundo, que contrapõe verdade e história como
opostos irreconciliáveis (Adorno, 2003, p. 25-26).*

E um pouco mais adiante, “Níveis mais elevados de abstração não outorgam ao pensamento uma maior solenidade nem um teor metafísico: pelo contrário, o pensamento torna-se volátil com o avanço da abstração, e o ensaio se propõe precisamente a reparar uma parte dessa perda” (Op. Cit., p. 26-27).

O ensaísta sabe que verdade e história acontecem juntas, por isso escreve na história e para um momento concreto: no presente e para o presente. Para quem escreve o acadêmico? Creio em duas possibilidades: em primeiro lugar, está o que escreve para a humanidade, definida como atemporal; em segundo, o que escreve para a própria comunidade acadêmica, definida em termos de atualidade, do presente, mas onde o caráter perecível da escrita tem um outro sentido que o do ensaio. O ensaio aceita seu caráter de “palavra no tempo”, porém escrever para a comunidade acadêmica atual tem mais o sentido da obsolescência da mercadoria, o da caducidade particular de tudo que se dá como mercadoria. No mundo acadêmico, já se sabe que tudo o que se escreve é caduco, porém é caduco como mercadoria, como “novidade”. Não é efêmero porque está localizado numa temporalidade específica e porque se funda nessa temporalidade. Falando da minha experiência, e exagerando um pouco, poderia dizer, talvez, que o acadêmico escreve para o comitê de avaliação, para a banca da tese ou para o avaliador do *paper*. A questão é tão séria que se escreve para que ninguém leia e, o que é mais grave, a partir de critérios que se pressupõe sejam do avaliador. Uma pergunta poderia ser: como lê o avaliador? O avaliador do *paper* inicia, em geral, pelas conclusões, atravessa de trás para frente as notas de rodapé, para ver se as referências são atualizadas e têm a ver com o tema, e se continuar, se já não decidiu rejeitar o texto, continua com as hipóteses que o fundamentam, ignorando o conteúdo, na maioria das vezes.

O ensaio, diz Adorno, não tem pretensão de sistema ou de totalidade e tampouco toma totalidades como seu objeto ou sua matéria. O ensaio é fragmentário, parcial e seleciona fragmentos como sua matéria. O ensaísta seleciona um *corpus*, uma citação, um acontecimento, uma paisagem, uma sensação, algo que lhe parece expressivo e sintomático, e a isso dá uma grande expressividade.

Além disso, o ensaio duvida do método. Não há dúvida de que o método é

o grande aparelho de controle do discurso, tanto na ciência organizada como na filosofia sistemática. E se há lugar onde o método é questionado, é justamente no ensaio. O ensaio converte o método em problema, por isso é metodologicamente inventivo. O *Discurso do método* de Descartes é um ensaio. Ocorre, porém, que logo que se converte em metodologia, se fossiliza. Precisamente porque o método, já está dado e já não é um problema. A peculiaridade do ensaio não é sua falta de método, mas a de que mantém o método como problema sem nunca tê-lo como suposto. Uma vez fossilizado, o método é uma figura linear, retilínea. O ensaio, no entanto, seria uma figura de caminho sinuoso, um caminho que se adapta aos acidentes do terreno. O caminho linear, retilíneo é o caminho daquele que sabe previamente aonde vai, e traça, entre ele e seu objeto, a linha mais curta, mesmo que para realizá-la tenha que passar por cima de montanhas e rios. O método tem a forma de uma estrada ou via férrea que ignora a terra. Ao contrário, o ensaísta prefere o caminho sinuoso, o que se adapta aos acidentes do terreno. Às vezes, o ensaio é também uma figura de desvio, de rodeio, de divagação ou de extravagância. Por isso, seu traçado se adapta ao humor do caminhante, à sua curiosidade, ao seu deixar-se levar pelo que lhe vem ao encontro. O ensaio é, também, sem dúvida, uma figura do caminho da exploração, do caminho que se abre ao tempo em que se caminha. Como nos versos de Antônio Machado: “caminhante não há caminho senão estrelas no mar. Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. Digamos que o ensaísta não sabe bem o que busca, o que quer, aonde vai. Descubra tudo isso à medida que anda. Por isso, o ensaísta é aquele que ensaia, para quem o caminho e o método são propriamente ensaio.

Outra observação de Adorno é a que o ensaio não adota a lógica do princípio e do fim, nem começa pelos princípios, pelos fundamentos, pelas hipóteses, nem termina com as conclusões, ou com o final, ou com a tese, ou com a pretensão de ter esgotado o tema. O ensaísta inicia no meio e termina no meio, começa falando do que quer falar, diz o que quer e termina quando sente que chegou ao final e não por que já nada resta a dizer, sem nenhuma pretensão de totalidade. Recordar a citação de Adorno lida anteriormente, a de que “*não começa por Adão e Eva*”, parece uma bobagem, porém já me apresentaram com um livro de história da educação, que começava por Adão e Eva. Asseguro que o primeiro capítulo era “a educação em nossos primeiros pais”.

O ensaio não procede nem por indução ou dedução, nem por análise ou síntese. Sua forma é orgânica e não mecânica ou arquitetônica, nisso se parecendo com as obras de arte, especialmente com a música e a pintura. O ensaio se situa, de entrada, no complexo. Há uma observação muito interessante, no texto de Adorno, sobre quando uma relação de ensino e aprendizagem tem a forma de ensaio. Por onde começa um curso? Creio que um curso começa pelo meio, sempre se começa pelo meio, sempre já se está em alguma coisa, dentro de alguma coisa. E também se termina pelo meio. O texto de Adorno é interessante

porque está tentando pensar o que é aprender filosofia:

(...)A forma do ensaio preserva o comportamento de alguém que começa a estudar filosofia e já possui, de algum modo, uma idéia o do que o espera. Ele raramente iniciará seus estudos com a leitura dos autores mais simples, cujo common sense costuma patinar na superfície dos problemas onde deveria se deter; em vez disso, irá preferir o confronto com autores supostamente mais difíceis, que projetam retrospectivamente sua luz sobre o simples, iluminando-o como uma 'posição do pensamento em relação à objetividade'. A ingenuidade do estudante que não se contenta senão com o difícil e o formidável é mais sábia do que o pedantismo maduro, cujo dedo em riste adverte o pensamento de que seria melhor entender o mais simples antes de ousar enfrentar o mais complexo, a única coisa que o atrai. Essa postergação do conhecimento serve apenas para impedi-lo. Contrapondo-se ao convênio da inteligibilidade, da representação da verdade como um conjunto de feitos, o ensaio obriga a pensar a coisa, desde o primeiro passo, com a complexidade que lhe é própria, tornando-se um corretivo daquele primitivismo obtuso, que sempre acompanha a ratio corrente (Op. Cit, p. 32-33).

A passagem de Adorno, que comento a seguir, refere-se ao tratamento dos conceitos no ensaio. A citação é um pouco grande, mas vale a pena:

Assim como o ensaio renega os dados primordiais, também se recusa a definir os seus conceitos. (...) O ensaio, em contrapartida, incorpora o impulso anti-sistemático em seu próprio modo de proceder, introduzindo sem cerimônias e 'imediatamente' os conceitos, tal como eles se apresentam. Pois é mera superstição da ciência propedêutica pensar os conceitos como intrinsecamente indeterminados, como algo que precisa de definição para ser determinado. (...) Na verdade, todos os conceitos já estão implicitamente concretizados pela linguagem em que se encontram. O ensaio parte dessas significações e, por ser ele próprio essencialmente linguagem, leva-as adiante; ele gostaria de auxiliar o relacionamento da linguagem com os conceitos, acolhendo-os na reflexão tal como já se encontram inconscientemente denominados na linguagem. Na fenomenologia, isso é pressentido pelo procedimento da análise de significados, só que este se transforma em fetiche a relação dos conceitos com a linguagem. O ensaio é tão cético diante desse procedimento quanto diante da definição.

Sem apologia, ele leva em conta a objeção de que não é possível saber com certeza os sentidos que cada um encontrará sob os conceitos. Pois o ensaio percebe claramente que a exigência de definições estritas serve há muito tempo para eliminar, mediante manipulações que fixam os significados conceituais, aquele aspecto irritante e perigoso das coisas, que vive nos conceitos. (...) A exposição é, por isso, mais importante para o ensaio do que para os procedimentos que, separando o método do objeto, são indiferentes à exposição de seus conteúdos objetivados (Op. Cit., p. 28-29).

Os conceitos são uma elaboração da língua natural. Porém a língua natural

vive e sobrevive no interior do conceito. Quer dizer, o pensamento não pensa no *logos*, mas numa língua natural, relativamente elaborada. Ninguém pensa em esperanto mas em espanhol, ou em francês, ou no espanhol da Venezuela ou no espanhol de Sevilha. Não há uma língua pura e o pensamento não pode senão pensar numa língua natural. Sobre a língua natural atuam certas operações de controle, mas essas operações não são capazes de eliminar de todo o que de perigoso e irritante tem a língua. O pensador sistemático gostaria de pensar sem língua ou inventar do zero a língua em que pensa. O ensaísta, porém, não torna o conceito um fetiche, não define conceitos, mas vai precisando-os no texto à medida em que os desdobra e os relaciona. Por isso é tão importante que o ensaio assuma a forma de exposição.

A citação de Adorno continua:

A exposição é, por isso, mais importante para o ensaio do que para os procedimentos que, separando o método do objeto, são indiferentes à exposição de seus conteúdos objetivados. O “como” da expressão deve salvar a precisão sacrificada pela renúncia à delimitação do objeto, sem todavia abandonar a coisa ao arbítrio de significados conceituais decretados de maneira definitiva. (...) O ensaio exige, ainda mais do que o procedimento definidor, a interação recíproca de seus conceitos no processo da experiência intelectual. Nessa experiência, os conceitos não formam um continuum de operações, o pensamento não avança em um sentido único; em vez disso, os vários momentos se entrelaçam como num tapete. Da densidade dessa tessitura depende a fecundidade dos pensamentos (Op. Cit., p. 29-30).

O ensaísta não define conceitos, mas desdobra e tece palavras, precisando-as nesse desdobramento e nas relações que estabelece com outras palavras, levando-as até o limite do que podem dizer, deixando-as à deriva. O ensaio, diz Adorno, não pretende continuidade mas se compraz na descontinuidade, porque a vida mesmo é descontínua, porque a realidade mesmo é descontínua.

O ensaio tem a forma de comentário de texto. A citação de Adorno é muito interessante, e a mim me reconforta, e diz assim: “Astuciosamente, o ensaio apega-se aos textos como se estes simplesmente existissem e tivessem autoridade. Assim, sem o engodo do primordial, o ensaio garante um chão para os seus pés (...)” (Op. Cit., p. 40). O ensaio necessita de um texto pré-existente, não para ser examinado mas para ter um solo onde correr.

Depois dessas observações que, por uma parte, são características do ensaio e, por outra parte – daí o modo um tanto brutal como as comentei – pretendem ser contrárias a uma certa imagem da cultura acadêmica, gostaria de, finalmente, comentar algumas coisas que diz Adorno a respeito de quais são os males do ensaio, quais seus perigos. Parece claro que o fracasso do ensaio não está no erro, mas na estupidez. O pensamento metódico fracassa quando se equivoca, porém o ensaísta fracassa quando cai na estupidez, e a estupidez é a

submissão à opinião. O ensaio, diz Adorno, é sempre tentado a submeter-se aos ditames da moda e do mercado, a esse outro tipo de ortodoxia que não é a ortodoxia acadêmica mas é a *doxa* do senso comum. Escreve que “[o ensaio] acaba se enredando com enorme zelo nos empreendimentos culturais que promovem as celebridades, o sucesso e o prestígio de produtos adaptados ao mercado”, e mais adiante diz que “Livre da disciplina da servidão acadêmica, a própria liberdade espiritual perde a liberdade, acatando a necessidade socialmente pré-formada da clientela” (Op. Cit., p. 19).

Outro perigo é que o ensaio também produz um novo tipo de intelectual e um novo tipo de aristocracia intelectual. No mundo acadêmico, constrói-se uma certa arrogância e uma certa vaidade: nós os melhores, os que sempre sabemos o que é pensar de verdade, o que é fazer ciência de verdade, o que é escrever de verdade. Porém, essa aristocracia espiritual pode construir-se de outro modo: nós os transgressores, nós os que transgredimos as normas. Isso constitui um novo tipo de filisteísmo igualmente repugnante, uma nova configuração da atitude que consiste em elevar-se diminuindo o outro. O filisteísmo atua sempre que se constrói qualquer tipo de aristocracia, mediante o desprezo de tudo o que ela não é. Tanto faz que seja a aristocracia da filosofia sistemática ou a aristocracia da transgressão. Então, termino com uma última frase do texto de Adorno que diz o seguinte: “ensaios ruins não são menos conformistas do que dissertações ruins” (Op. Cit., p. 20).

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Oliveira. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 15-45.
- DELEUZE, Gilles. *Conversaciones*. Valencia: Pre-textos, 1999.
- _____. Pensamento nômade. In: MARTON, Scarlett (Org.). *Nietzsche hoje? Colóquio de Cerisy*. [1972] São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 56-76
- NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ZAMBRANO, María. La guía como forma del pensamiento. In: *Hacia um saber sobre el alma*. Madrid: Alianza, (1987a), p. 71- 97.
- ZAMBRANO, María. La guía como forma del pensamiento. In: *Apuntes sobre el tiempo y la poesía*. Madrid: Alianza (1987b), p. 45-50.

Tradução de Malvina do Amaral Dorneles, do original em espanhol.

Revisão de Rosa Maria Bueno Fischer.

Jorge Larrosa é professor da Universidade de Barcelona, Espanha.

Endereço para correspondência:

E-mail: jlarrosa@ub.edu